

## **“Direitos humanos não devem ser vistos como "aspirações teóricas"”**

- Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachellet, defendeu ontem que os direitos económicos, sociais e culturais são "essenciais" para a dignidade humana, apelando para que deixem de ser vistos como "aspirações teóricas".

**Intervindo, através de uma mensagem gravada, na abertura da videoconferência "A Importância dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais - A caminho da Cimeira Social", Michelle Bachellet realçou a "liderança consistente" de Portugal nesta matéria, sobretudo por ter coordenado "com competência" as negociações que conduziram ao protocolo facultativo do Pacto Internacional sobre Direitos Económicos e Sociais.**

Actualmente essa “conquista” permite às vítimas procurar justiça a nível internacional "em termos de violação dos seus direitos" e traz "mais equilíbrio" ao sistema internacional para proteger e promover todos os direitos humanos, evidenciando que "os direitos económicos, sociais e culturais são essenciais para a dignidade humana", sustentou. Michelle Bachellet constatou que a pandemia da Covid-19 veio sublinhar "o papel vital" que esses direitos desempenham "numa sociedade sólida e numa economia resiliente", ao tornar claras "as fragilidades no sistema de saúde, na protecção social, na habitação, no saneamento, em condições de trabalho decentes e na educação". Aliás, tornou essas fragilidades "muito piores, destruindo sectores inteiros da economia global, lançando milhões de pessoas na pobreza, empurrando os sistemas de saúde para o colapso e privando milhões de crianças de educação", e demonstrou que essas "lacunas de protecção dos direitos humanos" prejudicam "não só os indivíduos directamente, mas também, de uma forma mais ampla, toda a sociedade", acrescentou. A responsável defendeu, por isso, que a crise pandémica "pode e deve tornar-se um catalisador para o avanço transformador dos direitos económicos, sociais e culturais, começando já, agora". Lembrando os "investimentos enormes" que os Estados irão fazer nos próximos meses para a reconstrução da economia e da sociedade, Michelle Bachellet apela para que invistam "recursos consideráveis nos serviços públicos, incluindo sistemas sociais e de saúde abrangentes". Isto porque a protecção social universal é "uma alavanca fundamental que facilita o acesso aos cuidados de saúde, protege as pessoas contra a pobreza e garante que as gerações futuras possam prosperar", ajudando também "a proteger as mulheres [...] de assumir uma carga incapacitante e desproporcional na prestação de cuidados", justificou. A Alta Comissária das Nações Unidas concluiu reafirmando a esperança de que, com base nesse impulso, a protecção social, a saúde e outros direitos económicos, sociais e culturais sejam garantidos de modo a deixarem de ser vistos como "aspirações teóricas" e passando a ser "tratados e garantidos como direitos que são".

**Horizonte 25, Internacional, 05.04.2021, Ed. nº 2438**